



**RELATÓRIO DE GESTÃO E DE
ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE
AJUSTAMENTO MUNICIPAL**

2021

RELATÓRIO DE GESTÃO

A reforma da contabilidade e das contas públicas visa colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e da nova Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, iniciam a reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e o relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas que fazem parte do novo normativo representa um novo modelo de normalização contabilística e implica grandes alterações na contabilidade pública.

Assim, o presente relatório descreve a atividade do Município de Vila Franca do Campo no ano de 2021, dando especial enfoque aos assuntos orçamentais, económicos e financeiros. É um imperativo legal resultante da alínea i) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

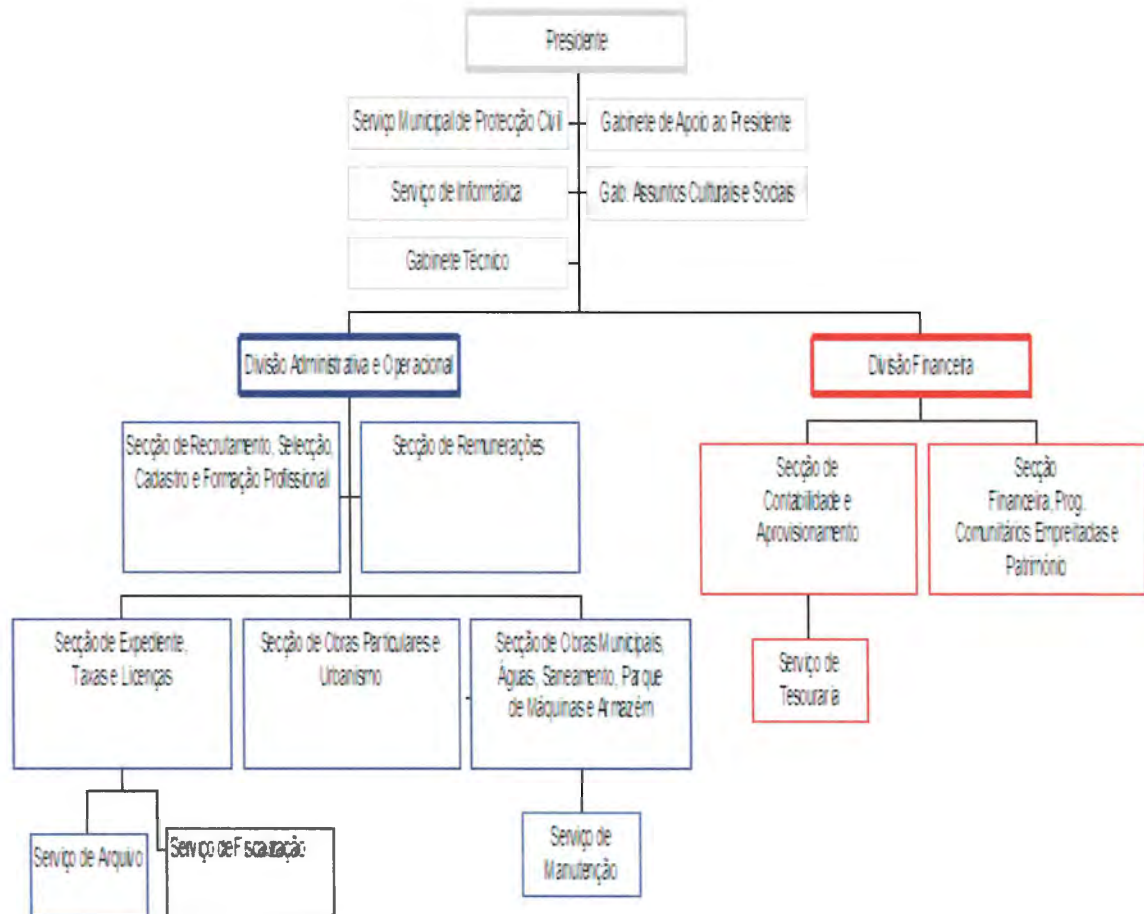
*“Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os **documentos de prestação de contas**, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal;”*

Todos os documentos de prestação de contas que serviram de base de cálculo para os valores que adiante são apresentados, seguem as regras do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e visam o controlo político, jurisdicional e administrativo, pelas respetivas autoridades competentes:

- Assembleia Municipal
- Tribunal de Contas
- Órgãos de tutela da Administração Pública Regional

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ESTRUTURA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA



Depois das Eleições Autárquicas de 26 de setembro de 2021 o elenco camarário ficou com a seguinte composição:

- Presidente da Câmara a tempo inteiro
- Vice-Presidente a tempo inteiro
- 2 Vereadores a tempo inteiro
- 3 Vereadores sem termo.

Os vereadores a tempo inteiro foram eleitos pelo Partido Socialista e os vereadores sem termo eleitos pelo Partido Social Democrata

No Gabinete de Apoio à Presidência e a Vereadores continuam nomeados um Chefe de Gabinete, uma Secretária, um Secretário e um Adjunto.

RECURSOS HUMANOS

EFETIVOS

No ano de 2021, a autarquia dispôs de um efetivo de 107 trabalhadores, sendo todos na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, contra os 109 registados no ano 2020. O decréscimo de dois efetivos na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado deveu-se à aposentação de dois trabalhadores.

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA E SEXO

No ano de 2021, os recursos humanos da autarquia registaram a seguinte estrutura profissional em razão da categoria e do sexo:

Cargo/Categoria	N.º	Percentagem	M	F
Dirigentes	1	0,9%	1	0
Técnico Superior	9	8,4%	3	6
Técnico Superior - (Contrato de cedência de interesse público)	0	0%	0	0
Informática	4	3,7%	2	2
Adm. e Técnicos - Profissional	34	31,8%	7	27
Adm. e Técnicos - Profissional (Contrato de cedência de interesse público)	0	0%	0	0
Operários e auxiliares	59	55,1%	49	10
Op. e auxiliares - (Contrato de cedência de interesse público)	0	0%	0	0
TOTAL	107	100%	62	45

DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

Considerando a antiguidade dos trabalhadores com vínculo laboral, a estrutura profissional da autarquia apresentou em 2021, a seguinte configuração:

Antiguidade	2019				2020				2021			
	M	F	Total	%	M	F	Total	%	M	F	Total	%
Até 5 anos	9	9	18	17%	9	9	18	17%	17	12	29	27%
5 - 9	0	0	0	0%	0	0	0	0%	2	0	2	2%
10 - 14	12	9	21	19%	12	9	21	19%	1	2	3	3%
15 - 19	15	9	24	22%	15	9	24	22%	8	8	16	15%
20 - 24	6	4	10	9%	6	4	10	9%	12	10	22	21%
25 - 29	4	3	7	6%	4	3	7	6%	5	3	8	7%
30 - 35	7	6	13	12%	7	6	13	12%	7	3	10	9%
>36	10	5	15	14%	11	5	16	15%	10	7	17	16%
TOTAL	108				109				107			

Análise às Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam as linhas estratégicas orientadoras do programa político do executivo, e são compostas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Execução do Plano Plurianual Investimentos - 2021

Designação	Orçamento (Previsões corrigidas)	Realizado Total	Pago	Taxa de Realização	Taxa de Execução
1 - Funções Gerais	587 100,00	160 878,64	160 878,64	27,4%	27,4%
1.110 - Serviços Gerais da Adm. Pública	587 100,00	160 878,64	160 878,64	27,4%	27,4%
1.120 - Segurança e Ordem Pública	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
2 - Funções Sociais	2 468 640,00	481 398,14	481 398,14	19,5%	19,5%
2.240 - Habitação e Serviços Coletivos	1 737 640,00	140 919,00	140 919,00	8,1%	8,1%
2.241 - Habitação	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
2.250 - Serviços Culturais, Recr. e Religiosos	731 000,00	340 479,14	340 479,14	46,6%	46,6%
3 - Funções Económicas	6 153 532,00	1 098 584,41	1 089 569,07	17,9%	17,7%
3.330 - Transportes e Comunicações	2 205 932,00	771 150,18	762 134,84	35,0%	34,5%
3.340 - Comércio e Turismo	549 600,00	323 934,23	323 934,23	58,9%	58,9%
3.350 - Outras Funções económicas	3 398 000,00	3 500,00	3 500,00	0,1%	0,1%
TOTAL	9 209 272,00	1 740 861,19	1 731 845,85	18,9%	18,8%

O Plano Plurianual de Investimentos tinha no final de 2021 uma dotação prevista corrigida de nove milhões duzentos e nove mil duzentos e setenta e dois euros e foi pago um milhão setecentos e trinta e um mil oitocentos e quarenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos.

A taxa de realização e a de execução anual (2021) foi respetivamente de 18,9% e 18,8%.

AMR – Atividades Mais Relevantes

Execução das AMR - 2021

Designação	Orçamento (Previsões corrigidas)	Realizado	Pago	Taxa de Realização	Taxa de Execução
1 - Funções Gerais	1 144 751,00	1 027 755,88	1 025 450,88	89,8%	89,6%
1.110 - Serviços Gerais da Adm. Pública	1 073 450,00	962 768,39	960 463,39	89,7%	89,5%
1.120 - Segurança e Ordem Pública	71 301,00	64 987,49	64 987,49	91,1%	91,1%
2 - Funções Sociais	1 425 650,00	1 200 427,34	1 200 427,34	84,2%	84,2%
2.210 - Educação	37 500,00	25 704,28	25 704,28	68,5%	68,5%
2.232 - Ação Social	521 000,00	381 236,84	381 236,84	73,2%	73,2%
2.240 - Habitação e Serviços Coletivos	649 150,00	623 536,22	623 536,22	96,1%	96,1%
2.250 - Serviços Culturais, Recr. e Religiosos	218 000,00	169 950,00	169 950,00	78,0%	78,0%
4 - Outras Funções	1 321 160,00	1 308 554,36	1 308 554,36	99,0%	99,0%
4.410 - Operações da Dívida Autárquica	1 302 460,00	1 289 897,49	1 289 897,49	99,0%	99,0%
4.410 - Diversas não Especificadas	18 700,00	18 656,87	18 656,87	99,8%	99,8%
TOTAL	3 891 561,00	3 536 737,58	3 534 432,58	90,9%	90,8%

Nas atividades mais relevantes verifica-se uma taxa de realização e de execução anual de 90,9% e 90,8% respetivamente, onde os valores com as “Operações da Dívida Autárquica” se evidenciam.

Análise Orçamental

Receita

Evolução da receita (cobrada total) no quadriênio 2018-2021						
Receitas	2018	2019	2020	2021	Var. em valor 2020-2021	Var. em % 2020/2021
01. Impostos Diretos	1 893 359,01	2 307 893,53	2 143 572,54	2 220 497,03	76 924,49	3,6%
IMI	1 349 549,90	1 399 264,70	1 489 721,20	1 389 143,22	-100 577,98	-6,8%
IUC	144 156,15	154 455,56	151 170,62	160 180,03	9 009,41	6,0%
IMT	329 843,54	676 460,11	412 768,09	606 728,21	193 960,12	47,0%
Derrama	69 809,42	77 713,16	89 912,63	64 445,57	-25 467,06	-28,3%
02. Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
04. Taxas, Multas e O. Penalidades	479 564,42	492 116,07	432 471,27	471 902,58	39 431,31	9,1%
05. Rendimentos de Propriedade	0,00	0,00	11 103,14	0,00	-11 103,14	0,0%
06. Transferências Correntes	4 199 161,20	4 417 213,58	4 790 474,54	5 258 943,94	468 469,40	9,8%
FEF	3 746 876,00	3 953 191,00	4 279 296,00	4 650 512,00	371 216,00	8,7%
FSM	275 777,00	275 777,00	275 777,00	275 777,00	0,00	0,0%
IRS	156 092,00	156 606,00	168 366,00	186 773,00	18 407,00	10,9%
Outras	20 416,20	31 639,58	67 035,54	145 881,94	78 846,40	117,6%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1 243 666,71	1 279 324,19	1 142 439,31	1 140 877,93	-1 561,38	-0,1%
08. Outras receitas correntes	2 500,00	70,59	270,84	501,06	230,22	85,0%
Total das Receitas Correntes	7 818 251,34	8 496 617,96	8 520 331,64	9 092 722,54	572 390,90	6,7%
09. Venda de Bens de Investimento	159 831,80	5 305,00	0,00	29 000,00	29 000,00	0,0%
10. Transferências de Capital	1 082 918,21	1 167 663,64	990 008,18	1 349 189,83	359 181,65	36,3%
FEF	416 319,00	439 243,00	475 477,00	516 723,00	41 246,00	8,7%
Outras	666 599,21	728 420,64	514 531,18	832 466,83	317 935,65	61,8%
11. Ativos Financeiros	10 000,00	245 000,00	90 000,00	161 000,00	71 000,00	78,9%
12. Passivos Financeiros	0,00	19 231 372,00	12 607 142,85	1 300 000,00	-11 307 142,85	-89,7%
13. Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	627 331,04	0,00	-627 331,04	-100,0%
Total das Receitas Capital	1 252 750,01	20 649 340,64	14 314 482,07	2 839 189,83	-11 475 292,24	-80,2%
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	9 312,09	7 049,19	11 221,67	13 126,45	1 904,78	17,0%
Reposições Não Abatidas	9 312,09	7 049,19	11 221,67	13 126,45	1 904,78	17,0%
Total das Receitas Orçamentais	9 080 313,44	29 153 007,79	22 846 035,38	11 945 038,82	-10 900 996,56	-47,7%

A receita orçamental total apresenta uma diminuição relativamente a 2020 de dez milhões novecentos mil novecentos e noventa e seis euros e cinquenta e seis cêntimos que corresponde a -47,7%. Tal diminuição verificou-se essencialmente na receita de capital, via passivo financeiro (contratação de empréstimo FAM).

Execução da receita 2021

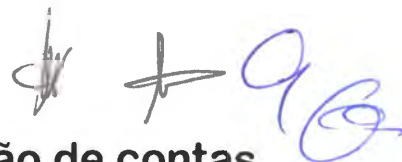
Receitas	Previsões Corrigida	Receita Cobrada Líquida em 2021	Taxa de Execução	% no Total
01. Impostos Diretos	2 040 573,00	2 220 497,03	108,82%	18,8%
IMI	1 447 617,00	1 389 143,22	95,96%	11,8%
IUC	152 510,00	160 180,03	105,03%	1,4%
IMT	376 750,00	606 728,21	161,04%	5,1%
Derrama	63 696,00	64 445,57	101,18%	0,5%
02. Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00%	0,0%
04. Taxas, Multas e O. Penalidades	475 070,00	456 725,52	96,14%	3,9%
05. Rendimentos de Propriedade	1 902,00	0,00	0,00%	0,0%
06. Transferências Correntes	5 202 460,00	5 258 943,94	101,09%	44,6%
FEF	4 650 512,00	4 650 512,00	100,00%	39,4%
FSM	275 777,00	275 777,00	100,00%	2,3%
IRS	186 773,00	186 773,00	100,00%	1,6%
Outras	89 398,00	145 881,94	163,18%	1,2%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1 286 515,00	1 012 028,56	78,66%	8,6%
08. Outras Receitas Correntes	8,00	501,06	6263,25%	0,0%
Total das Receitas Correntes	9 006 528,00	8 948 696,11	99,36%	75,8%
09. Venda de bens de investimento	4,00	29 000,00	725000,00%	0,2%
10. Transferências de Capital	5 153 353,00	1 349 189,83	26,18%	11,4%
FEF	516 723,00	516 723,00	100,00%	4,4%
Outras	4 636 630,00	832 466,83	17,95%	7,1%
11. Ativos Financeiros	100,00	161 000,00	161000,00%	1,4%
12. Passivos Financeiros	1 300 010,00	1 300 000,00	100,00%	11,0%
13. Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,0%
Total das Receitas Capital	6 453 467,00	2 839 189,83	43,99%	24,1%
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	2,00	13 126,45	656322,50%	0,1%
Reposições Não Abatidas	2,00	13 126,45	656322,50%	0,1%
Total das Receitas Orçamentais	15 459 997,00	11 801 012,39	76,33%	100,0%

A execução da receita total apresenta uma taxa de 76,33%, registando-se nas receitas correntes 99,36% e nas receitas de capital 43,99%.

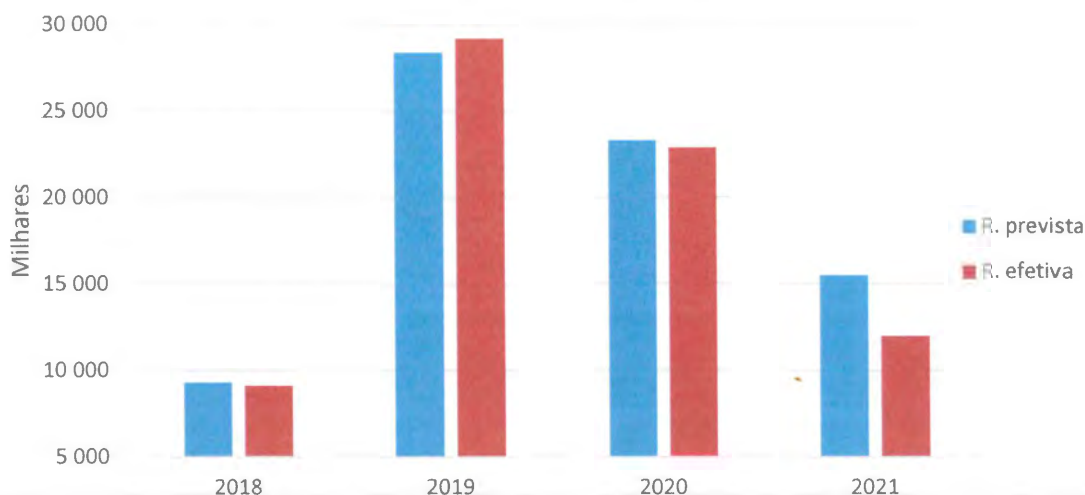
As receitas próprias¹ representam cerca de 32,98% do total das receitas.

O maior contributo para o total das receitas próprias foi dado pela receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) representando 35,68% do total destas.

¹ Receitas Próprias = Total da Receita – Transferências correntes – Transferências de capital – Passivos financeiros




Receita prevista e efetiva



O gráfico apresenta a comparação entre a receita prevista corrigida e a respetiva execução bruta. Como se pode verificar, no ano de 2021 existe um desfazamento entre o previsto e o executado. Em 2021 a receita efetiva foi inferior à prevista.

Evolução da taxa de execução da receita 2007-2021



Despesa

Evolução da despesa (paga total) no quadriénio 2018-2021

Despesa	2018	2019	2020	2021	Var. em valor 2020-2021	Var. em % 2020-2021
01.Despesa com Pessoal	2 611 371,90	2 741 347,70	2 717 895,44	2 816 799,00	98 903,56	3,6%
01.01.Remunerações Certas e Permanentes	1 941 376,85	2 021 535,23	1 954 420,99	1 977 295,63	22 874,64	1,2%
01.02.Abonos Variáveis e Eventuais	105 181,48	111 256,50	104 435,24	122 053,01	17 617,77	16,9%
01.03.Segurança Social	564 813,57	608 555,97	659 039,21	717 450,36	58 411,15	8,9%
02. Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2 076 769,67	2 177 024,63	2 605 905,58	4 224 610,79	1 618 705,21	62,1%
02.01.Aquisição de Bens	410 620,77	400 207,45	378 727,92	428 695,25	49 967,33	13,2%
02.02.Aquisição de Serviços	1 666 148,90	1 776 817,18	2 227 177,66	3 795 915,54	1 568 737,88	70,4%
03. Juros e Outros Encargos	651 051,07	618 374,76	2 295 299,98	580 050,05	-1 715 249,93	-74,7%
04. Transferências Correntes	430 069,65	521 089,66	418 667,37	795 522,40	376 855,03	90,0%
05. Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
06. Outras Despesas Correntes	180 481,87	51 417,74	25 170,06	19 258,11	-5 911,95	-23,5%
Total das Despesas Correntes	5 949 744,16	6 109 254,49	8 062 938,43	8 436 240,35	373 301,92	4,6%
07. Aquisição de Bens de Capital	1 140 566,24	1 701 524,07	1 619 055,42	1 731 845,85	112 790,43	7,0%
09. Ativos Financeiros	43 626,00	29 084,00	14 542,00	0,00	-14 542,00	-100,0%
10. Passivos Financeiros	1 558 545,96	19 643 329,34	11 638 613,02	709 847,44	-10 928 765,58	-93,9%
Total das Despesas Capital	2 742 738,20	21 373 937,41	13 272 210,44	2 441 693,29	-10 830 517,15	-81,6%
Total das Despesas	8 692 482,36	27 483 191,90	21 335 148,87	10 877 933,64	-10 457 215,23	-49,0%

Em relação à despesa corrente, esta apresenta um aumento relativamente a 2020 de 4,6%, que em valor corresponde a trezentos e setenta e três mil trezentos e um euros e noventa e dois centimos. A maior variação foi registada na despesa corrente (Aquisição de Serviços) e correspondem ao pagamento dos fornecedores das empresas do Setor Empresarial Local.

Evolução da despesa paga com aquisição de serviços no quadriénio 2018-2021

Despesa	2018	2019	2020	2021	Var. em valor 2021-2020	Var. em % 2021-2020
020201 - Encargos das instalações	102 924,59	101 518,37	98 811,62	106 464,28	7 652,66	7,7%
020203 - Conservação de bens	30 540,19	34 453,57	60 262,21	75 543,79	15 281,58	25,4%
020204 - Locação de edifícios	112 216,85	105 471,54	76 581,72	445 692,38	369 110,66	482,0%
020205 - Locação de material de informática	7 150,68	5 637,40	6 715,75	8 126,03	1 410,28	21,0%
020208 - Locação de outros bens	1 600,60	2 013,36	2 013,60	1 873,65	-139,95	-7,0%
020209 - Comunicações	67 387,78	69 856,12	83 685,22	80 637,78	-3 047,44	-3,6%
020210 - Transportes	17 818,12	27 134,38	27 561,69	32 280,44	4 718,75	17,1%
020211 - Representação dos serviços	1 711,51	7 351,51	1 321,45	994,80	-326,65	-24,7%
020212 - Seguros	20 973,91	25 442,52	27 902,61	22 126,59	-5 776,02	-20,7%
020213 - Deslocações e estadas	4 925,24	9 205,34	2 844,48	2 929,80	85,32	3,0%
020214 - Estudos, pareceres e consultadoria	0,00	18,25	35 455,31	10 647,03	-24 808,28	-70,0%
020215 - Formação	255,00	3 339,90	165,30	766,80	601,50	363,9%
020217 - Publicidade	33 798,02	23 801,24	16 832,39	11 346,64	-5 485,75	-32,6%
020218 - Vigilância e segurança	34 302,60	31 930,80	68 171,87	64 987,49	-3 184,38	-4,7%
020219 - Assistência técnica	71 017,09	59 599,26	83 844,76	95 957,36	12 112,60	14,4%
020220 - Outros trabalhos especializados	538 147,28	594 550,19	657 685,54	757 697,23	100 011,69	15,2%
020224 - Encargos de cobrança de receita	65 693,46	76 004,85	71 268,20	67 562,55	-3 705,65	-5,2%
020225 - Outros serviços	555 685,98	599 488,58	906 053,94	2 010 280,90	1 104 226,96	121,9%
Total	1 666 148,90	1 776 817,18	2 227 177,66	3 795 915,54	1 568 737,88	70,4%

Comparando o total das despesas pagas da rubrica aquisição de serviços entre os vários anos e especificamente entre 2021 e 2020, constata-se que existe uma variação positiva, ou seja, um aumento significativo da despesa paga em 70,4%. Das várias rubricas que compõem a aquisição de serviços a que mais contribuiu para este aumento foi a rubrica "020225 – Outros Serviços" com um aumento de 1 104 226,96€. No entanto, há também a referir, que a mesma rubrica liquidou despesa assumida pelo Município das empresas internalizadas no montante de 1 595 118,79€.

Execução da despesa - 2021


Despesa	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Compromissos	Obrigações	Despesa Paga	Tx. de Execução (Pg/Dot.)	% no Total
01. Despesa com Pessoal	3 010 545,00	2 855 360,90	2 855 360,90	2 816 799,00	93,6%	25,9%
01.01. Remunerações Certas e Permanentes	2 022 250,00	1 995 658,46	1 995 658,46	1 977 295,63	97,8%	18,2%
01.02. Abonos Variáveis e Eventuais	142 850,00	122 822,11	122 822,11	122 053,01	85,4%	1,1%
01.03. Segurança Social	845 445,00	736 880,33	736 880,33	717 450,36	84,9%	6,6%
02. Aquisição de Bens e Serviços Correntes	4 674 834,00	4 330 233,78	4 229 273,19	4 224 610,79	90,4%	38,8%
02.01. Aquisição de Bens	519 050,00	436 177,27	428 920,25	428 695,25	82,6%	3,9%
02.02. Aquisição de Serviços	4 155 784,00	3 894 056,51	3 800 352,94	3 795 915,54	91,3%	34,9%
03. Juros e Outros Encargos	588 800,00	580 050,05	580 050,05	580 050,05	98,5%	5,3%
04. Transferências Correntes	1 047 550,00	825 860,24	798 347,52	795 522,40	75,9%	7,3%
06. Outras Despesas Correntes	73 890,00	19 258,11	19 258,11	19 258,11	26,1%	0,2%
Total das Despesas Correntes	9 395 619,00	8 610 763,08	8 482 289,77	8 436 240,35	89,8%	77,6%
07. Aquisição de Bens de Capital	9 209 272,00	6 617 171,20	1 740 861,19	1 731 845,85	18,8%	15,9%
08. Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
09. Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
10. Passivos Financeiros	713 660,00	709 847,44	709 847,44	709 847,44	99,5%	6,5%
Total das Despesas Capital	9 922 932,00	7 327 018,64	2 450 708,63	2 441 693,29	24,6%	22,4%
Total das Despesas	19 318 551,00	15 937 781,72	10 932 998,40	10 877 933,64	56,3%	100,0%

A taxa de execução da despesa foi de 56,3%. As despesas correntes tiveram um peso relativo de 77,6% e as despesas de capital de 22,4% do total. As despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços representam mais do que 83% da despesa corrente. O serviço da dívida² foi cerca de 1,29 milhões de euros, representando 11,86% da despesa total paga.

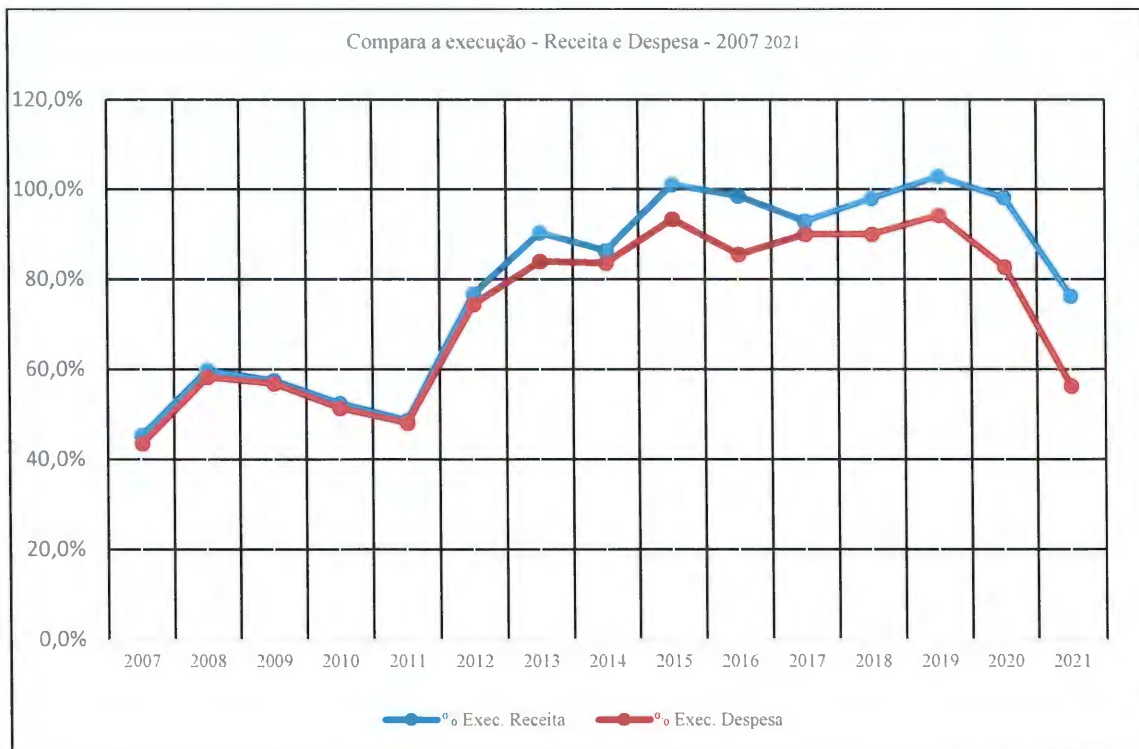
Dos 1,29 milhões de euros do serviço da dívida 709 847,44€ são passivos financeiros sendo 443 658,23€ de pagamento antecipado ao FAM ou identificado como devolução do excedente não utilizado e 266 189,21€ o passivo financeiro liquidado dos restantes empréstimos. Relativamente a juros e outros encargos há referir a liquidação do montante total de 580 050,05€.

² Serviço da dívida = Passivos Financeiros + Juros e outros encargos





11



Resultado orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento seguinte.

Resultado Orçamental				
DESIGNAÇÃO	2018	2019	2020	2021
Receita corrente líquida cobrada	7 818 251,34	8 496 617,96	8 520 331,64	9 092 722,54
Despesa corrente paga	5 949 744,16	6 109 254,49	8 062 938,43	8 436 240,35
Saldo corrente	1 868 507,18	2 387 363,47	457 393,21	656 482,19
Receita capital líquida cobrada	1 252 750,01	20 649 340,64	14 314 482,07	2 839 189,83
Despesa capital paga	2 742 738,20	21 373 937,41	13 272 210,44	2 441 693,29
Saldo de capital	-1 489 988,19	-724 596,77	1 042 271,63	397 496,54
Receita total cobrada líquida	9 071 001,35	29 145 958,60	22 834 813,71	11 931 912,37
Despesa total paga	8 692 482,36	27 483 191,90	21 335 148,87	10 877 933,64
Saldo orçamental para a gerência seguinte	821 162,00	2 508 668,00	3 858 554,00	4 925 660,13
Saldo orçamental da gerência anterior	394 322,00	821 162,00	2 508 668,00	3 858 554,00
Saldo do ano do orçamento	378 518,99	1 662 766,70	1 499 664,84	1 053 978,73

Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental dispõe que as receitas correntes têm de ser pelo menos iguais às despesas correntes. No entanto, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, foi introduzido uma inovação, mais restritiva, passando a consagrar que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. A amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo foi calculada com os valores em dívida em 1 de janeiro de 2014 dos respetivos empréstimos pelo número de anos remanescentes. Acresce a este valor o montante dos empréstimos novos pelo número de anos da sua contratação.

Deste modo, verificando a disposição legal, constata-se que esta não foi cumprida³ pela observação direta do quadro. No entanto há a referir uma situação decorrente da internalização da empresa Vila Solidária que concorreu para o não equilíbrio orçamental em 2021, a mencionar:

- A despesa corrente paga pelo Município relativa aos fornecedores em dívida, principalmente aos da SDVF, cujo montante foi de um milhão quinhentos e noventa e cinco mil cento e dezoito euros e setenta e nove cêntimos.

O referido montante foi pago como despesa corrente do Município, embora não sendo despesa efetiva deste. Assim, corrigindo-a para a efetiva, o equilíbrio orçamental é repostado.

O saldo encontrado após correção é suficiente para cobrir o valor da amortização média dos empréstimos.

Equilíbrio Orçamental 2021

		Dados do exercício de 2021			
		Receita	Despesa	Saldo	Diferença
A - Receitas Correntes Brutas Cobrada		9 141 980,52			
B - Despesas Correntes Pagas - Ano			8 436 240,35		
C - Saldo Corrente ((A)-(B))				705 740,17	
D - Média dos Empréstimos de M/L Prazo a 01-01-2022			1 476 397,60		
E - Diferença ((C)-(D))					-770 657,43
F - Posição em 2021					
Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas em 2021	457 099,03			

³ N.ºs 1, 2 e 3 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Principais Indicadores Orçamentais

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2021	2020
Da Receita		
Impostos diretos/Receitas correntes	24,4%	25,2%
Taxas, multas e outras penalidades/Receitas correntes	5,2%	5,1%
Transferências correntes/Receitas correntes	57,8%	56,2%
Transferências capital/Receitas de capital	47,5%	6,9%
Passivos financeiros/Receitas de capital	45,8%	88,1%
Receitas correntes/Receitas totais	57,5%	33,6%
Receitas capital/Receitas totais	18,0%	56,5%
Da despesa		
Pessoal/Despesa corrente	33,4%	33,7%
Aquisição de bens e serviços/Despesas correntes	50,1%	32,3%
Transferências correntes/Despesas correntes	9,4%	5,2%
Aquisição de bens investimento/Despesa de capital	70,9%	12,2%
Passivos financeiros/Despesas de capital	29,1%	87,7%
Despesas correntes/Despesas totais	77,6%	37,8%
Despesas de capital/Despesas totais	22,4%	62,2%
Cobertura das despesas pelas receitas		
Receitas próprias (1)	3 862 778,60	4 447 188,14
<p>(1) De acordo com o SNC-AP correspondem às receitas totais abatidas das transferências e dos passivos financeiros.</p>		

Constata-se uma evolução positiva da cobertura das despesas pelas receitas.

Análise Económico-Financeira

Balanço

Evolução do Balanço - Ativo

Componentes do Ativo	2020		2021		Var. em valores 2021-2020	Var. em % (2021-2020) %
	Montante	% do total	Montante	% do total		
ATIVO NÃO CORRENTE	104 482 781,89	94,24%	103 775 205,34	92,77%	-707 576,55	-0,68%
Ativos fixos tangíveis	103 829 307,15	93,65%	102 827 374,82	91,92%	-1 001 932,33	-0,96%
Ativos intangíveis	213 279,44	0,19%	182 764,48	0,16%	-30 514,96	-14,31%
Participações financeiras	440 195,30	0,40%	765 066,04	0,68%	324 870,74	73,80%
Clientes, contribuintes e utentes	0	0,00%	0	0,00%	0	
ATIVO CORRENTE	6 388 721,70	5,76%	8 091 320,73	7,23%	1 702 599,03	26,65%
Inventários	41 889,22	0,04%	29 349,59	0,03%	-12 539,63	-29,94%
Deved transf. e subs. reembolsável	0	0,00%	338 732,00	0,30%	338 732,00	
Clientes, contribuintes e utentes	122 755,76	0,11%	171 796,12	0,15%	49 040,36	39,95%
Estado e outros entes públicos	53 357,17	0,05%	104 475,10	0,09%	51 117,93	95,80%
Outras contas a receber	2 017 619,60	1,82%	2 363 315,71	2,11%	345 696,11	17,13%
Diferimentos	35 082,04	0,03%	27 236,61	0,02%	-7 845,43	-22,36%
Caixa e depósitos	4 118 017,91	3,71%	5 056 415,60	4,52%	938 397,69	22,79%
TOTAL DO ATIVO	110 871 503,59	100,00%	111 866 526,07	100,00%	995 022,48	0,90%

O total do ativo em 2021 ascende a 111,8 milhões de euros, dos quais 103,7 milhões são relativos ao ativo não corrente.

Evolução do Balanço - Património Líquido

Componentes do Património Líquido	2020		2021		Var. em valores 2021-2020	Var. em % (2021-2020) %
	Montante	% do total	Montante	% do total		
Património/Capital	75 792 578,95	99,4%	75 792 578,95	97,2%	0,00	0,0%
Reservas	206 291,22	0,3%	206 291,22	0,3%	0,00	0,0%
Resultados Transitados	-13 283 805,55	-17,4%	-19 880 218,05	-25,5%	-6 596 412,50	49,7%
Ajustamentos em ativos financeiros	33 811,41	0,0%	0,00	0,0%	-33 811,41	-100,0%
Outras variações no Património Líquido	20 202 812,99	26,5%	20 590 018,89	26,4%	387 205,90	1,9%
Resultado Líquido do período	-6 738 391,16	-8,8%	1 238 084,35	1,6%	7 976 475,51	-118,4%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	76 213 297,86	100,0%	77 946 755,36	100,0%	1 733 457,50	2,3%

O património líquido em 2021 apresentam um montante de 77,9 milhões de euros.

Evolução do Balanço - Passivo

Componentes do Passivo	2020		2021		Var. em valores 2021-2020	Var. em % (2021-2020) %
	Montante	% do total	Montante	% do total		
PASSIVO NÃO CORRENTE	33 806 327,25	97,54%	31 817 773,99	93,80%	-1 988 553,26	-5,88%
Provisões	1 781 725,01	5,14%	100 000,00	0,29%	-1 681 725,01	-94,39%
Financiamentos obtidos	31 928 443,13	92,12%	31 589 183,74	93,13%	-339 259,39	-1,06%
Diferimentos	0	0,00%	0	0,00%	0,00	0
Outras contas a pagar	96 159,11	0,28%	128 590,25	0,38%	32 431,14	33,73%
PASSIVO CORRENTE	851 878,48	2,46%	2 101 996,72	6,20%	1 250 118,24	146,75%
Fornecedores	5 733,16	0,02%	23 911,85	0,07%	18 178,69	317,08%
Estado e outros entes públicos	24 627,10	0,07%	25 776,75	0,08%	1 149,65	4,67%
Financiamentos obtidos	266 136,51	0,77%	1 195 548,46	3,52%	929 411,95	349,22%
Fornecedores de investimentos	4 666,90	0,01%	9 015,34	0,03%	4 348,44	93,18%
Outras contas a pagar	550 714,81	1,59%	432 142,58	1,27%	-118 572,23	-21,53%
Diferimentos	0	0,00%	415 601,74	1,23%	415 601,74	0
TOTAL DO PASSIVO	34 658 205,73	100,00%	33 919 770,71	100,00%	-738 435,02	-2,13%

O passivo total ascende a 33,9 milhões de euros

Demonstração de Resultados por Natureza

O ano de 2021 apresenta um resultado líquido do período de 1 238 084,35€.

Os gastos totais foram de 9.926.876,38 €.

Os rendimentos totais foram de 11.164.960,73€.

Evolução da Demonstração de Resultados por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	2020	2021	Var. valor	Var. %
	Montante	Montante	21-20	(21-20)%
Impostos, contribuições e taxas	2 680 103,57	2 897 569,38	217 465,81	8,11%
Vendas	620 019,97	657 448,24	37 428,27	6,04%
Prestação de serviços e concessões	429 666,73	359 994,29	-69 672,44	-16,22%
Rend./Gastos imputados de ent.contr., associadas e empr. conj			0,00	#D.V/O!
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 763 065,32	5 149 159,69	386 094,37	8,11%
Trabalhos para a própria entidade	15 014,84	0,00	-15 014,84	-100,00%
Custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas	-91 079,99	-135 308,85	-44 228,86	48,56%
Fornecimentos e serviços externos	-2 118 165,64	-2 640 328,70	-522 163,06	24,65%
Gastos com o pessoal	-2 642 801,52	-2 751 530,18	-108 728,66	4,11%
Transferências e subsídios concedidos	-361 644,07	-699 588,96	-337 944,89	93,45%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-4 550,45	-27 329,71	-22 779,26	500,59%
Provisões (aumentos/reduções)	0	842 501,63	842 501,63	100%
Outros rendimentos	4 119 496,62	1 257 786,43	-2861710,19	-69,47%
Outros gastos	-10 071 650,85	-341 997,86	9 729 652,99	-96,60%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	-2 662 525,47	4 568 375,40		
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	-3 415 981,61	-2 750 871,02	665 110,59	-19,47%
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento)	-6 078 507,08	1 817 504,38		
Juros e rendimentos similares obtidos	11 103,14	501,07	-10 602,07	-95,49%
Juros e gastos similares suportados	-670 987,22	-579 921,10	91 066,12	-13,57%
Resultados antes de impostos	-6 738 391,16	1 238 084,35		
Imposto sobre o rendimento	0			
Resultado líquido do período	-6 738 391,16	1 238 084,35		

Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios demonstram as relações entre agrupamentos de contas e as próprias contas, balanço e demonstração dos resultados, quantificando fatos, detetando anomalias e fazendo comparações no tempo. Apresenta-se seguidamente os principais indicadores económico-financeiros.

Evolução dos indicadores económico-financeiros

Indicadores	Rácios	2021	2020
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	69,68%	68,74%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	229,8%	219,9%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	384,93%	749,96%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	383,54%	745,04%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	240,55%	483,40%
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	1,59%	-8,84%

Endividamento Municipal

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL
Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2018	Receita Corrente Líquida 2019	Receita Corrente Líquida 2020	TOTAL	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (4) / 3
7 818 251	8 496 618	8 520 332	24 835 201	8 278 400

Limite da dívida total para 2021 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (art.º 52º da Lei n.º 73/2013)

Endividamento Municipal 2020 - 2021

Designação		31/12/2020	31/12/2021	Variação 2020/2021
Curto Prazo	Empréstimos de curto prazo(exigível)	266 136,51	1 195 548,46	349,2%
	Fornecedores c/corrente	5 733,16	23 911,85	317,08%
	F. de imobilizado c/corrente	4 666,90	9 015,34	93,2%
	Estados e outros entes públicos	0,00	0,00	0,0%
	Outros credores	0,00	0,00	0,0%
	TOTAL	276 536,57	1 228 475,65	344,24 %
M/L Prazo	Empréstimos Municipais	31 928 443,13	31 589 183,74	-1,1%
	TOTAL	31 928 443,13	31 589 183,74	-1,1%
	TOTAL GERAL	32 204 979,70	32 817 659,39	1,9%

Limite da dívida total	12 417 600,50
Dívida em excesso	20 400 058,89

O endividamento municipal no final de 2021 era de 32,8 milhões de euros, dos quais 1,2 milhões de euros exigível a curto prazo e 31,6 milhões de euros exigível a médio e longo prazo.

A dívida total, aumentou 1,9% no exercício de 2021 relativamente a 2020. O referido aumento corresponde à integração e pagamento dos passivos das empresas internalizadas.

Assim, o Município apresenta um excesso de dívida no montante de 20 400 058,89 € do qual foi retirada a dívida não orçamental e acrescida a contribuição das AM,SM,SEL e Entidades Participadas. (Ver o valor no ponto 7º do acompanhamento da PAM)

Contabilidade de Gestão

Em conformidade com o estabelecido no ponto 2.8.3 do POCAL, o Município de Vila Franca do Campo implementou o sistema de contabilidade de custos em 2009, agora contabilidade de gestão.

Os gastos de 2021 totalizam 9,9 milhões de euros, distribuídos pelos diversos centros de responsabilidade, verificando-se montantes mais significativos na “Secção Obras Municipais, Água, Saneamento, Parque de Máquinas”, no “Gabinete de Assuntos Culturais e Sociais” e excepcionalmente na “Secção da Contabilidade e Aprovisionamento” motivado pelos gastos decorrentes da internalização da Vila Solidária E.M.

Refere-se que a diferença existente entre o total dos gastos dos vários Centros de Responsabilidade (9 928 044,63€) e o total dos Gastos da Contabilidade Patrimonial (9.926.876,38€) é de 1 168,25€, sendo esta diferença resultante do método de cálculo das depreciações e amortizações em ambos os módulos e de desvios causados pelo cálculo hora da mão -de-obra e das máquinas e viaturas.

Gastos e Rendimentos por Centro de Responsabilidades

Centro de responsabilidade	Valor do gasto (6)	Valor do rendimento (7)	% no TOTAL dos Gastos
Assembleia Municipal	41 703,51	0,00	0,4%
Câmara Municipal	296 186,36	2 402 311,27	3,0%
Serviços de Proteção Civil	14 542,87	0,00	0,1%
Gabinete de Apoio ao Presidente	177 690,75		1,8%
Serviços de Informática	300 744,16		3,0%
Gabinete de Assuntos Culturais e Sociais	1 996 296,86	933,31	20,1%
Gabinete Técnico	218 036,47		2,2%
Divisão Administrativa e Operacional	16 054,02	1,93	0,2%
Secção Recrutamento, Seleção, Cadastro e Formação	52 970,61	0,00	0,5%
Secção de Remunerações	27 269,76		0,3%
Secção de Expediente, Taxas e Licenças	196 823,05	15 069,57	2,0%
Secção de Obras Particulares e Urbanismo	82 891,91	136 486,03	0,8%
Secção Obras Municipais, Água, Saneamento, Parque de Máquinas	4 158 678,54	799 305,47	41,9%
Divisão Financeira	109 006,17	7 804 368,04	1,1%
Secção da Contabilidade e Aprovisionamento	2 165 899,08	6 485,11	21,8%
Secção Financeira, Prog Comunitários e Empreitadas	73 250,51		0,7%
TOTAL	9 928 044,63	11 164 960,73	100,0%

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do período no montante de 1 238 084,35€ seja transferido para resultado transitados

Resultados Transitados	(conta 56)	100%	1 238 084,35€
------------------------	------------	------	---------------

Acontecimento após a data do balanço

À data da emissão das demonstrações não há nada que saibam neste momento que influenciam os valores da contabilidade.

Todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras e fiscais foram comunicadas em devido tempo. Em fevereiro de 2022, com a invasão da Ucrânia por parte da Rússia, iniciou-se um conflito militar que terá inevitavelmente fortes consequências para todo o mundo, em especial, para a Europa. Para além das consequências humanitárias, é já possível verificar-se um aumento considerável do custo com energia e de matérias-primas, o que impactará negativamente a atividade económica global.

Não obstante, dadas as características da Entidade, o Executivo considera que o impacto na atividade será bastante residual, não estando em causa a continuidade das operações do Município.

ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

Sumário

- 1 - Introdução
- 2 - Reequilíbrio Orçamental
- 3 - Plano de Reestruturação de Dívida
- 4 - Assistência Financeira
- 5 - Análise Anual da Execução do PAM
- 6 - Evolução do Quadro de Pessoal
- 7 - Stock e Sustentabilidade da Dívida
- 8 - Conclusão

1 - Introdução

ENQUADRAMENTO DO PAM – PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pelas Leis n.º 69/2015, de 16 de julho e n.º 114/2017, de 29 de dezembro, veio aprovar o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamentar o FAM – Fundo de Apoio Municipal.

Nos diplomas supra identificados ficaram definidos os mecanismos administrativos e financeiros necessários à adção de medidas que permitam aos Municípios atingir o limite de dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais):

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Assim, a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, nomeadamente o seu artigo 6.º, veio definir que o FAM tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira, isto é, cuja dívida total seja superior a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, bem como a prevenção de situações de rutura financeira.

De acordo com o artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, os Municípios que se encontrem em situação de rutura financeira são obrigados a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, apresentando para o efeito um Programa de Ajustamento Municipal.

Conforme determina a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, o PAM deverá conter um conjunto de medidas específicas e quantificadas com vista à diminuição programada da dívida do Município até ao limite legalmente admissível com base nos seguintes instrumentos:

- 1 – Reequilíbrio Orçamental;
- 2 – Reestruturação da dívida financeira e não financeira;
- 3 – Assistência Financeira.

O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

Aquando da entrada em vigor do Regime Jurídico da Recuperação Municipal, o Município de Vila Franca do Campo ultrapassava o limite legalmente estabelecido, isto é, a sua dívida total (entenda-se Município e empresas municipais a internalizar) era superior em mais de três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, pelo que, tendo presente o Regime Jurídico das Autarquias Locais (artigo 61.º da Lei 73/2013, de 3 de dezembro) estava, tecnicamente, em rutura financeira.

Assim, verificados os pressupostos referidos anteriormente e à luz do artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, o Município de Vila Franca do Campo que já se encontrava em reequilíbrio financeiro e sem possibilidade de solver as dívidas das empresas municipais a internalizar, acedeu ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) e, consequentemente, à apresentação de um Programa de Ajustamento Municipal (PAM).

Elaborado, reformulado e ajustado à situação, à necessidade e à possibilidade do Município de Vila Franca do Campo que, embora tecnicamente em rutura financeira, pudesse ser gerido.

Apresentada a proposta do Programa de Ajustamento Municipal à Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal e após alguns esclarecimentos prestados pelo Município, esta deliberou por unanimidade em sua reunião de 27 de setembro aprovar nos termos do parecer da Direção Executiva de 25/09/2019 e após audição da Comissão de Acompanhamento a proposta do PAM do Município de Vila Franca do Campo, com empréstimo de assistência financeira até ao montante de € 34.126.638,00 (trinta e quatro milhões cento e vinte e seis mil seiscientos e trinta e oito euros), pelo prazo de 25 anos e que se destinou ao pagamento:

- Da dívida financeira do Município (empréstimo reequilíbrio financeiro) até ao montante de € 19.331.002,80;
- Da dívida financeira das Empresas do SEL (capital, juros e outros encargos) até ao montante de € 13.230.311,03;
- Da dívida não financeira das Empresas do SEL (dívida corrente a fornecedores) no montante de € 1.565.324,17.

O contrato de empréstimo de assistência financeira celebrado entre o Fundo de Apoio Municipal e o Município de Vila Franca do Campo, foi visado pelo Tribunal de Contas, em sessão diária de visto da Secção Regional do Açores, de 05/12/2019.

2 – Reequilíbrio Orçamental

O PAM tem como objetivo principal a redução da dívida total do Município, até ao limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, na sua redação atual.

Para cumprimento deste objetivo foram definidas as medidas e contratualizadas entre o Município e o Fundo de Apoio Municipal – FAM.

Os limites quantitativos anuais de execução orçamental quer da receita quer da despesa constam dos quadros do presente relatório.

Iremos de seguida detalhar a execução de cada uma das medidas, bem como a execução anual, relativamente à receita e à despesa.

Assim, segundo o clausulado do Contrato PAM, o qual contempla todas as medidas de reequilíbrio contratualizadas, apresentamos a execução anual.

Receita

No que respeita às medidas de reequilíbrio orçamental da receita, o Município comprometeu-se e está a cumprir com o contratualmente estabelecido no Contrato PAM.

Assim, conforme dispõe a Cláusula 2ª (Medidas de Reequilíbrio Orçamental) na área da receita:

1 - Durante o prazo de vigência do PAM, o Município obriga-se a adotar as seguintes medidas de reequilíbrio orçamental para a maximização da receita municipal:

a - Deliberar anualmente a participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) à taxa máxima;

Medida cumprida

b – Deliberar anualmente lançar a Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas à taxa máxima, nos termos previstos no artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

Medida cumprida

c – Não aplicar qualquer fator minorativo e aplicar os fatores majorativos no que se refere às taxas de IMI e derrama;

Medida cumprida

d – Deliberar anualmente fixar a taxa máxima do IMI que permita a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM;

Medida cumprida

e – Abster-se de conceder benefícios durante a vigência do PAM, exceto se autorizado pelo FAM mediante justificação das vantagens económicas para o Município;

Medida a cumprir

f – Adotar as medidas conducentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como dos processos de contraordenações e execuções fiscais, designadamente no que se refere à arrecadação de receita, com os impactos, anuais;

Medida a cumprir

g – Proceder à revisão dos regulamentos municipais por forma a adaptá-los à legislação e à atualização anual das tabelas municipais de taxas e preços, respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como a demais legislação setorial e/ou específica atinente, e atualizar regularmente a tabela municipal de taxas e preços;

Medida a cumprir

h – Utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente aquela que decorre da venda de bens de investimento;

Medida a cumprir

i – Efetuar as comunicações legalmente previstas, nos termos e para os efeitos previstos nas alíneas anteriores nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira;

Medida cumprida

j – Informar o FAM acerca do cumprimento das comunicações referidas na alínea anterior, apresentando as evidências de tal cumprimento.

Medida cumprida (ver página do Município).

Quadro comparativo da receita corrente

Classificação Económica	Receita	Ano - 2021	
		PAM	Executado (recebido)
010202	Impostos diretos - IMI	1.358.110€	1.389.143€
010205	Impostos diretos - Derrama	72.998€	64.446€
04	Taxas, multas e outras penalidades	501.471 €	471.903€
06	Transferências	4.526.096€	5.258.944€
07	Venda de bens e serviços correntes	1.300.476€	1.140.873€

Com os valores apresentados no quadro anterior se demonstra que, em termos gerais, as medidas de reequilíbrio orçamental relativas à receita corrente estão a ser maximizadas, tendo excedido o previsto anual em 10%, conforme se demonstra neste relatório.

Despesa

No que respeita às medidas de reequilíbrio orçamental da despesa, o Município comprometeu-se e está a cumprir com o contratualmente estabelecido no Contrato PAM.

a – Não aumentar a despesa com o pessoal superior à taxa de inflação, sem prejuízo dos limites quantitativos estabelecidos quanto às despesas com o pessoal;

Medida a cumprir

b – Racionalizar os custos com o pessoal, nomeadamente, através da introdução de limites ao trabalho suplementar por setores ou do reforço dos mecanismos de controlo sobre o pagamento de todo o tipo de abonos variáveis e eventuais, estando expressamente vedada a adoção de quaisquer outras medidas, em matéria de organização do trabalho ou gestão do tempo de trabalho, que conduzam ao aumento da respetiva despesa;

Medida a cumprir

c – Promover a redução da despesa com a aquisição de bens e serviços, nomeadamente, através da renegociação dos contratos de seguros, comunicações, manutenção e assistência técnica, combustíveis e energia, de acordo com os objetivos fixados;

Medida a cumprir

d – Proceder ao faseamento da despesa de investimento respeitando os limites quantitativos, constantes do Mapa 2;

Medida cumprida

e – Racionalizar as correntes, cumprindo os objetivos de despesa definidos no Mapa 2;

Medida a cumprir

f – Promover, no ano em curso, a análise de todos os protocolos de colaboração celebrados pelo Município e em vigor, por forma a avaliar a sua pertinência, atualidade e retorno em termos de interesse público;

Medida a cumprir

g – Promover, no ano em curso, a avaliação de todos os regulamentos de atribuição de apoios ou benefícios a pessoas singulares ou coletivas, incluindo as classificadas como de interesse público, por forma a avaliar a sua pertinência, atualidade e retorno em termos de interesse público;

Medida a cumprir

h – O Município fica condicionado, no que respeita à realização de despesa com a aquisição de bens de capital, cofinanciados por fundos europeus, à efetiva aprovação das candidaturas lançadas no âmbito dos programas nacionais e europeus e ao montante elegível previsto;

Medida a cumprir

i – Promover o levantamento e reconhecimento na contratação de serviços imputada à rubrica de outros serviços, de forma que a mesma resulte em despesa com aquisição de serviços efetivamente residual.

Medida a cumprir

Quadro comparativo da despesa corrente

Classificação Económica	Despesa	Ano 2021	
		PAM	Executado (pago)
01	Despesa com o pessoal	2.716.871€	2.816.799€
0201	Aquisição de bens	425.118€	428.695€
0202	Aquisição de serviços	2.073.882€	3.795.916€
04	Transferências correntes	447.445€	795.522€
06	Outras despesas correntes	187.773€	19.258€

Com os valores apresentados no quadro anterior se demonstra que, em termos gerais, as medidas de reequilíbrio orçamental relativas à despesa corrente estão a ser racionalizadas dentro do possível. Neste relatório será explicada com mais detalhe.

3 – Plano de Restruturação da Dívida

Reestruturação Financeira

No que respeita às medidas de reestruturação financeira, o Município comprometeu-se e está em cumprimento com o contratualmente estabelecido no contrato PAM.

Assim, conforme dispõe a Cláusula 3ª (Reestruturação da Dívida):

Durante o prazo de vigência do PAM e com os objetivos de alterar a distribuição temporal do serviço da dívida, bem como reduzir a dívida e os seus encargos, o Município obriga-se a adotar as seguintes medidas de reestruturação financeira:

a – Verificar a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente no que se refere aos procedimentos de contratação pública;

Medida cumprida pelo Município. Este regula a sua atividade no que se refere aos procedimentos de contratação pública pelo estreito cumprimento da lei que regulamenta a atividade Municipal.

b – Não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.

Medida cumprida pelo Município. Este garante sempre o cumprimento da lei na formalização do processo de despesa. Ao nível dos pagamentos, tanto no geral como em particular (pagamento do desembolso do FAM), sempre que é efetuado um pagamento é garantido o cumprimento da lei no que a esta fase diz respeito, nomeadamente com a apresentação de certidão de não dívida do IGFSS e da AT.

4 – Assistência Financeira

Ao abrigo do disposto no artigo 43.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1, do artigo 44º da LFAM, é acordada a prestação de assistência financeira, pelo FAM ao Município de Vila Franca do Campo, através da celebração de um contrato de empréstimo até ao montante de 34.126.638,00€ (trinta e quatro milhões, cento e vinte e seis mil seiscentos e trinta e oito euros), pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

O empréstimo referido anteriormente visa o financiamento da assistência financeira, decorrente da aprovação do Programa de Apoio Municipal ao Município de Vila Franca do Campo, nos termos do artigo 23º, 28º e 44, n.º 1, alínea a), da LFAM, e destina-se ao pagamento:

- 1 - Das dívidas de natureza não financeira do SEL (Setor Empresarial Local), até ao montante de 1.565.324,17€;
- 2 - Das dívidas de natureza financeiras do Município, até ao montante de 19.331.002,80€ e
- 3 - Das dívidas de natureza financeira do SEL (Setor Empresarial Local), até ao montante de 13.230.311,03€.

Execução das tranches, pagamentos efetuados e amortizações de empréstimos.

O Município recebeu por 4 tranches, até 31 de dezembro de 2021, o montante global de 33.138.514,85 €, da seguinte forma:

- 1ª tranche recebida em dezembro de 2019, no montante de 19.231.372,00€, liquidou a dívida de natureza financeira do Município ainda em dezembro de 2019, no montante de 18.066.046,77€ (capital e juros);

- 2ª tranche recebida em janeiro de 2020, no montante de 11.607.142,85€, liquidou a dívida de natureza financeira do SEL (Setor Empresarial Local), em junho de 2020 e contabilizada em julho, no montante de 13.063.485,68€ (capital, juros e outros encargos);

- 3ª tranche recebida em junho de 2020, no montante de 1.000.000,00 €, está a liquidar a dívida não financeira do SEL (Setor Empresarial Local) e que até 31 dezembro de 2020 já liquidou 331.096,46€ (fornecedores das empresas já internalizadas).

- 4ª e última tranche recebida em março de 2021, no montante de 1.300.000,00€. Esta liquidou a dívida não financeira do SEL (Setor Empresarial Local) relativa aos fornecedores das empresas internalizadas em 2020 e da Vila Solidária, E.M. que foi internalizada no 1º trimestre de 2021.

- Liquidamos o montante máximo contratado relativo à dívida de natureza não financeira do SEL (Setor Empresarial Local) no valor de 1.565.324,17€ e devolvemos sobre a forma de pagamento antecipado de capital o montante de 443.658,23€.

- Do total contratado 34.126.638,00€ foi utilizado 32.694.856,62€ (trinta e dois milhões seiscentos e noventa e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis euros e sessenta e dois cêntimos) que será amortizado a partir de janeiro de 2022 e por vinte e três anos.

5 – Análise Anual da Execução do PAM

- Análise da Previsão Anual da Receita PAM

Analisando o quadro seguinte da receita acumulada no 4º trimestre, verifica-se um desvio positivo da execução de 10%, ou seja, a receita corrente arrecadada no global e para o período em referência foi superior à estimada no PAM em 10% para igual período, apresentando assim uma taxa de execução de 110%.

CE	Receita	Ano 2021				
		PAM	Execução Receita		Desvio - Executado Vs PAM	
01	Impostos Diretos	1.958.598	2.220.497	113%	261.899	10%
02	Impostos Indiretos	0	0	0%	0	
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	501.471	471.903	94%	-29.568	-6%
05	Rendimentos de Propriedade	0	0		0	
06	Transferências Correntes	4.526.096	5.258.944	116%	732.848	16%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	1.300.476	1.140.878	88%	-159.598	-12%
08	Outras Receitas Correntes	2.614	501	19%	-2.113	
	Receitas Correntes	8.289.255	9.092.723	110%	803.468	10%

Valores em euros

Numa análise mais detalhada, o Município apresenta uma execução superior à previsão em cerca de 10%, o que representa uma arrecadação de receita superior a 803,5 mil euros aproximadamente, face ao previsto arrecadar em PAM. A taxa referida resulta da conjugação de desvios positivos de alguns capítulos com alguns desvios negativos de outros, resultando mesmo assim num saldo positivo. Os desvios positivos são superiores aos negativos.

Relativamente às receitas de capital estava previsto em plano receber por transferência de capital o montante de 494.585,12€. O montante total efetivamente recebido foi de 2.839.189,83€, sendo 1.349.189,83€ por transferências, 29.000,00€ de venda de bens de investimento, 161.000,00€ por ativos financeiros e 1.300.000,00€ por passivos financeiros correspondendo este montante à última tranche recebidas em março de 2021.

- Análise da Previsão Anual da Despesa PAM

Analisando o quadro seguinte da despesa anual, verifica-se um desvio negativo da execução de 31%, ou seja, a despesa corrente paga total no global e para o período em referência foi superior à estimada no PAM em 31% para igual período, apresentando assim uma taxa de execução de 131%.

CE	Despesa	Ano 2021				
		PAM	Execução Despesa		Desvio - Executado Vs PAM	
01	Despesa com o Pessoal	2.716.871	2.816.799	104%	99.928	4%
02	Aquisição de Bens e Serviços	2.499.000	4.224.611	169%	1.725.611	69%
03	Juros e Outros Encargos	599.506	580.050	97%	-19.456	-3%
04	Transferências Correntes	447.445	795.522	178%	348.077	78%
05	Subsídios	0	0		0	
06	Outras Despesas Correntes	187.773	19.258	10%	-168.515	-90%
	Despesas Correntes	6.450.595	8.436.240	131%	1.985.645	31%

Valores em euros

Há ainda a referir que os valores do quadro anterior têm como origem, em relação ao PAM, no MAPA 2 – Despesa Limites Máximos e Saldos Orçamentais, anexo ao contrato com valores de referência para os vários anos e em relação à executada o mapa do controlo orçamental da despesa para o referido período anual

Assim, o quadro anteriormente apresentado e em relação ao executado, contém o efeito da internalização de 2021, razão pela qual não é possível verificar se estão ou não a ser cumpridos os valores de referência PAM.

Passamos a apresentar um novo quadro sem o efeito da internalização.

CE	Despesa	Ano 2021				
		PAM	Execução Despesa		Desvio - Executado Vs PAM	
01	Despesa com o Pessoal	2.716.871	2.816.799	104%	99.928	4%
02	Aquisição de Bens e Serviços	2.499.000	2.629.492	105%	130.492	5%
03	Juros e Outros Encargos	599.506	580.050	97%	-19.456	-3%
04	Transferências Correntes	447.445	795.522	178%	348.077	78%
05	Subsídios	0	0		0	
06	Outras Despesas Correntes	187.773	19.258	10%	-168.515	-90%
	Despesas Correntes	6.450.595	6.841.121	106%	390.526	6%

Valores em euros

Numa análise mais detalhada, o Município apresenta uma execução superior à previsão em cerca de 6%, o que representa uma despesa superior a 390,5 mil euros aproximadamente, face ao máximo previsto executar em PAM. A taxa referida resulta da conjugação de desvios positivos com desvios negativos nos agrupamentos económicos.

Foram retirados os valores pagos a fornecedores (dívidas das empresas do SEL) via outros serviços (02.02.25.). No quadro anteriormente apresentado não foi contemplado o efeito da pandemia relativamente às “Transferências Correntes” e às “Aquisições de Bens e Serviços”.

Relativamente às despesas de capital o plano prevê em valores acumulados e para o quarto trimestre o montante de 820.034,55€ de passivos financeiros. O montante total efetivamente pago foi de 2.441.693,29€, sendo 1.731.845,85€ para aquisição de bens de capital e 709.847,44€ por passivos financeiros.

Embora contendo o efeito desta pandemia que estamos a atravessar verifica-se que o acréscimo da receita é superior ao acréscimo da despesa.

Pretendemos cumprir dentro do possível com os valores de referenciado “MAPA 2 – Despesa Limites Máximos e Saldos Orçamentais” nos próximos trimestres.

6 – Evolução do Quadro de Pessoal

Relativamente à evolução do Quadro de Pessoal do Município de Vila Franca do Campo, no período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro do corrente ano de 2021, há a registar quatro entradas e cinco saídas.

O número de colaboradores em 31 de dezembro passou a ser de cento e sete.

7 – Stock e sustentabilidade da dívida

O apuramento do stock e sustentabilidade da dívida do Município resulta da aplicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, lei esta que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) e é apurado, verificado e comunicado à DGAL para efeitos de acompanhamento e controlo. O limite da dívida total para o ano de 2021 é de 12.417.600,50€.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL
Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2018	Receita Corrente Líquida 2019	Receita Corrente Líquida 2020	TOTAL	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (4) / 3
7 818 251	8 496 618	8 520 332	24 835 201	8 278 400

Limite da dívida total para 2021 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (art.º 52º da Lei n.º 73/2013)

Apurou-se que, a 31 de dezembro de 2021, o valor da dívida total de operações orçamentais do Município mais as das empresas que relevam para o efeito, é de 32 823 264,60€ (ver empresas). Corresponde o referido valor a 32 821 412,14€ de dívida bruta do Município sem as operações não orçamentais e contribuição para o FAM, que a 31 de dezembro passou a 0,00€, acrescido da contribuição das SM/AM/SEL/Ent. Participadas que é de 1 852,46€.

Designação	Participação do Município	Contribuição para a Dívida Bruta Municipal
AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores	5,11	1 852,46€
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses		Não releva

O quadro seguinte analisa a dívida total face ao limite legalmente previsto.

Situação da Dívida Total prevista em 31 de dezembro de 2021		
Artigo 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais		
	Designação	Valor
(1)	Média da receita corrente cobrada nos últimos 3 anos (2018, 2019, 2020)	8 278 400,33€
(2) = (1) x 1,5	Limite da dívida total	12 417 600,50€
(3)	Dívida bruta do Município sem as operações não orçamentais e da contribuição para o FAM.	32.817.659,39€
(4)	Contribuição SM – AM – SEL – Ent. Participadas	1 852,46€
(5) = (3) + (4)	Total da dívida bruta	32.819.511,85€
(6) = (2) – (5), se (5) < (2)	Margem	0,00€
(7) = (5) – (2), se (5) > (2)	Montante em excesso	20.401.911,35€

Observado a quadro anterior verifica-se que o valor em dívida do Município a 31 de dezembro foi inferior ao previsto pelo FAM no “Mapa 3. Limites à evolução da dívida do Município” (34 157 100,13€) em 1 333 835,53€. Resta referir que a 31 de dezembro de 2021 terminou o período de carência, passando assim a partir de janeiro de 2022 a amortizar o capital em dívida.

8 – Conclusão

A avaliação geral que o Município de Vila Franca do Campo faz em relação à situação e aos valores anuais é que na generalidade foram cumpridas as medidas contratualizadas e os valores de referência, dentro do possível, foram atingidos.

Por último, e tendo em conta o atual momento de incerteza económica, financeira e também social no país, na região e no concelho e com a necessidade de dar resposta à crise de pandemia do Corona Vírus, não obstante as expectativas no seu combate, continuará a trazer, provavelmente, efeitos negativos ao nível da receita e também da despesa, que esperamos não vir a alterar o resultado futuro de forma significativa, esperando o Município da possibilidade de adaptação / flexibilização dos compromissos assumidos por parte da Comissão Executiva do FAM.

Tudo faremos para cumprir o contratualizado.

[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
27

Relatório de Atividades – 2021

O Município de Vila Franca do Campo pretende, com o presente relatório de atividades, informar os cidadãos sobre as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo município em 2021, num ato de transparência da administração do concelho.

28

Educação

Na área da Educação, a intervenção da Autarquia baseou-se no apoio às atividades escolares das duas unidades orgânicas do Concelho, Escola Básica e Secundária Armando Côrtes-Rodrigues e Escola Básica Integrada De Ponta Garça, através de protocolos de colaboração, com vista à atribuição de subsídios, no montante de €3.000,00 (três mil euros) e €2.000,00 (dois mil euros) respetivamente, destinados a apoiar os custos inerentes à realização de ações/eventos de suporte às atividades curriculares, tais como, visitas de estudo, transporte de estudantes em sede de visitas de estudo, ações, conferências, e outras situações similares, adequadas à aprendizagem e conhecimento.

Para além disso, foram atribuídas 12 bolsas de estudo, a alunos do ensino superior, no ano letivo 2021/2022, sendo 10 bolsas de estudo aos estudantes com carência económica e 2 bolsas de estudo por mérito. Estas juntam-se às bolsas que já vêm sendo atribuídas a alunos que ingressaram no ensino superior nos últimos dois anos e que delas usufruem.

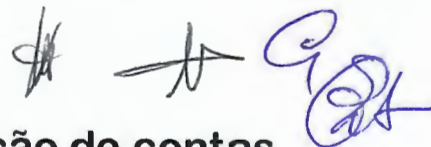
Ação Social

Na área da Ação Social, a atuação do Município incidiu fortemente nos apoios relacionados com a mitigação das consequências da pandemia de Covid-19, e que consistiram no seguinte:

- Isenção de penalidades relativas a pagamentos que se venceram no mês de abril de 2021, em virtude do encerramento a que o BUA/Expediente, Serviços de Água e Saneamento e Tesouraria estiveram sujeitos, por confinamento dos trabalhadores afetos aos mesmos.
- Protocolo com a Associação Profissional de Táxis de Ponta Delgada para apoio aos taxistas do Concelho, dadas as perdas de rendimentos verificadas no setor, no âmbito da pandemia causada pela doença Covid-19, no valor de mil euros a cada uma das 14 praças de táxis do Concelho.
- Isenção do pagamento das taxas de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, até junho de 2021, à Santa Casa da Misericórdia de VFC, bem como a todas as igrejas da Ouvidoria, salões paroquiais, ermidas, centros de apostolado e catequeses.
- Compensação aos estabelecimentos de restauração, bebidas e similares e, ainda, a um ginásio, pela perda de rendimentos derivada do encerramento imposto pelas medidas restritivas de combate à pandemia (em abril de 2021), num total de 39 estabelecimentos e um valor de € 180 440,00.
- Isenção de todas as taxas de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos a todos os estabelecimentos comerciais (exceto os prestadores de serviços essenciais e cuja atividade não sofreu quebras), que baixaram a sua faturação em relação ao ano anterior em mais de 20 por cento.
- Isenção das rendas das concessões e subconcessões, bem como taxas de ocupação da via pública, referentes a esplanadas e publicidade de cada um dos comerciantes.

No habitual apoio anual às atividades das associações e instituições do Concelho, foram atribuídos perto de 97 mil euros, distribuídos por 25 entidades.

Assinaram-se acordos de execução com as Juntas de Freguesia, incluindo o apoio ao transporte escolar, para as que realizam aquele serviço, num valor total de cerca de 102 mil euros.



Foi implementado o Programa Nacional de Apoio de Saúde Veterinária para Animais em Risco, mais conhecido como Cheque Veterinário.

Teve lugar a aplicação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade da Carreira Geral de Assistente Operacional.

Para além disso, foram assinados protocolos com a Fábrica da Igreja Matriz de São Miguel, com atribuição de um subsídio de 2400 euros, para apoiar os custos inerentes à ornamentação dos Santos Patronos, da Festa de São Miguel Arcanjo, e com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, pelo valor de 8500 euros e que teve como objetivo a ocupação de jovens estudantes do concelho durante o verão de 2021, no âmbito do Projeto “Viva o Verão”, com vista à recuperação de aprendizagens não formais e informais.



Cultura

No que respeita à Cultura, a Autarquia desenvolveu uma diversidade de projetos e eventos que a seguir se identificam:

- Desenvolvido o projeto Vila 3D Património Cultural
- Realizado o Concurso de Maíos
- Lançado o documentário “O Último Oleiro da Vila”
- Apoio à publicação do livro de Pedro Paulo Câmara “Violante de Cysneiros: O Outro Lado do Espelho de Côrtes-Rodrigues?”



- Apoio à realização do mural “O São João”, da artista Andreia de Sousa.
- Atribuída a Medalha de Ouro do Município ao Centro de Saúde de Vila Franca do Campo, em reconhecimento pelo esforço e dedicação que, particularmente durante a conjuntura de pandemia, revelaram todos os profissionais da área da saúde.

- Atribuída a Medalha de Mérito Municipal (Desportivo) ao Clube de Futebol Vasco da Gama na sequência da conquista do Campeonato de São Miguel de Futebol (escalão sénior).
- Agraciado o Dr. Francisco Assis, orador convidado da Sessão Solene comemorativa do Feriado Municipal – São João da Vila, com a Chave de Honra do Município.
- Realização da exposição fotográfica do concurso "A Vila Em Perspetiva".
- Exibição da exposição de pintura "Um Homem no Atlântico", de John Shenton, no Centro Cultural de Vila Franca do Campo.



- Exibição da exposição de Bonecas de Pano no Museu Municipal.
- Exibição da Mostra VITA COLLECTIO Centro Cultural de Vila Franca do Campo.
- Cerimónia de início das celebrações em memória dos 500 anos da subversão de Vila Franca do Campo, realizada na Igreja Matriz de São Miguel Arcanjo.
- Vila Franca do Campo acolheu uma Jornada Internacional da Ordem do Caminho de Santiago e inaugurou tapete jubileu.
- Realização de homenagem ao malogrado artista "Melito", no Centro Cultural de Vila Franca do Campo.
- Exibição da exposição temporária "A Vinha e o Vinho em Vila Franca do Campo", no Museu Municipal.
- Apoio à edição da obra "O concelho de Vila Franca do Campo em 1566: espaços, gentes e recursos" da autoria do Prof. Artur Teodoro de Matos, em protocolo com o Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (Universidade Católica Portuguesa), no valor de €1.790,00.

Ambiente

A ação do Município a nível ambiental incidiu na realização de ações de sensibilização e prevenção do meio ambiente, bem como em ações de limpeza, tais como:

- Exposição "Endémicas: Geneticamente Nossas" no Centro Cultural de Vila Franca do Campo, que visou divulgar e sensibilizar a população sobre a riqueza do Património Natural dos Açores.
- Desenvolvimento do projeto da Associação Bandeira Azul "O Mar Começa Aqui", realizado em parceria com a EBS Armando Côrtes-Rodrigues e que consistiu na pintura de sarjetas, com desenhos alusivos à diversidade ecológica, realizados por alunos.



- Ação de limpeza da orla costeira no Poço Largo (na freguesia de São Pedro), com a parceria do Parque Natural da Ilha de S. Miguel, que contou com a participação de alunos da Escola Profissional de Vila Franca do Campo.
- Ação de sensibilização ambiental porta-a-porta, com a entrega de panfletos informativos à população, sobre como fazer a separação dos resíduos e alertando para a importância de não haver abandono de lixo, causa de poluição e de problemas para a saúde pública.
- Atividade de sensibilização "Descanso à beira Mar" nas praias do Concelho com Bandeira Azul, para promover as praias e o bem-estar que o mar nos proporciona, bem como alertar para a preservação destes espaços e da proteção marinha, apelando ao não abandono de lixo nas zonas balneares.
- Realização de um programa de atividades referentes à Semana Europeia da Prevenção dos Resíduos 2021 (20 a 28 de novembro).



Semana Europeia da Prevenção de Resíduos
COMUNIDADES CIRCULARES 20 - 28 Novembro 2021
Junta-te a nós para um mundo com menos desperdício!

20 Novembro	10h00: Atividade de <i>Plogging</i> (caminhada com recolha de lixo) Concentração: Largo Bento de Góis
22 Novembro	10h30: "Oficinas de Compostagem" promovidas pela MUSAMI na EBS Armando Côrtes-Rodrigues com oferta de compostor 14h30: Workshop "Cozinhar com Menos Desperdício" Açor Arena - Dr.ª Ana Marinho da USISM
23 Novembro	10h30: Abertura da Casinha de Natal para Recolha e Reutilização de Brinquedos, Livros e Jogos - Largo Bento de Góis "Por um Natal mais Sustentável, Dá uma Nova Vida ao Teu Brinquedo"
24 Novembro	10h00: <i>Plogging</i> Urbano com as Eco Escolas de Vila Franca do Campo Ponto de Encontro—Largo do Município 14h30: Workshop "SO-MUSAMI e Rota do SO-MUSAMI" Ecoparque da Ilha de S. Miguel
25 Novembro	10h00: Oficinas de Compostagem promovidas pela MUSAMI na Escola Profissional de VFC com oferta de compostor
26 Novembro	9h30: Entrega de <i>EcoBags</i> às Escolas do Concelho
28 Novembro	15h00: "Do Lixo à Arte": Inauguração no Largo Bento de Góis da Obra de Arte construída pela artista Andreia Sousa e realizada com materiais reutilizáveis recolhidos pelos alunos das escolas e instituições do concelho

Logos of partners and sponsors: SEMANA EUROPEIA DA PREVENÇÃO DE RESÍDUOS, Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, A.I.C.A., Governo dos Açores, etc.

O concelho de Vila Franca do Campo viu, também, hasteada nas praias de Água d'Alto, Prainha e Vinha d'Areia, a Bandeira Azul, distinção atribuída pela Fundação para a Educação Ambiental a praias que cumpram um conjunto de requisitos de qualidade ambiental, segurança, bem-estar, infraestruturas de apoio, informação aos utentes e sensibilização ambiental.

As praias de Água d'Alto, Prainha e Vinha d'Areia também receberam o título de Praia Acessível – Praia para todos, dado que cumprem todos os requisitos de acessibilidade e de disponibilidade de serviços para pessoas com mobilidade reduzida.

Para além destes galardões, a Praia de Água d'Alto e Prainha ostentaram a Bandeira Água Qualidade de Ouro, galardão atribuído pela Quercus, devido à sua excelente qualidade, nos último quatro anos.

Desporto

Na prossecução do desenvolvimento do desporto no Concelho, foram desenvolvidos os eventos a seguir descritos e alcançados os marcos também abaixo indicados:

- Vila Franca do Campo distinguida com o diploma de Município Amigo do Desporto pelo terceiro ano consecutivo, considerando a intervenção no desenvolvimento desportivo, nos resultados obtidos e na adoção de processos de melhoria contínua no Município.

- A Autarquia assinou protocolos com clubes de futebol e futsal do Concelho com vista à participação de treinadores e dirigentes em ações de formação, essenciais e indispensáveis para a qualificação, seja dos clubes, seja dos seus elementos técnicos e diretivos, num valor total de 7 mil e 300 euros.
- Entrega do Diploma de Reconhecimento Municipal à equipa sénior do C. F. Vasco da Gama, em reconhecimento do resultado obtido no Campeonato de São Miguel 2020/21, onde se sagrou Campeão e pelo trabalho desenvolvido em prol do desporto Vila-franquense.
- Apoio à realização do “Vila Franca Sport Talks”, organizado pelo Clube Escolar, que abordou a temática do alto rendimento e teve como intervenientes o treinador de futsal, Joel Rocha, Armando Fontes, ex-atleta de futebol, Fernanda Borda, ex-atleta de alto rendimento e vice-presidente da AFD e Carlos Arraial “Minhoca”, ex-atleta de futsal.
- Apoio à realização da 6ª edição do Epic Trail Run Azores.
- Parceria com Clube Desportivo Escolar de Ponta Garça, na realização da 3ª Edição da Corrida "Grande Prémio de Ponta Garça", uma prova do Campeonato de Estrada de São Miguel, com distâncias compreendidas entre os 900 e 9000 metros.
- Realização do passeio “Trilho do Lugar da Praia”, percurso através dos trilhos das Central Hidroelétrica, Caminho da Água Azeda e Ribeira do Loural.
- Realização da atividade “Rota dos Presépios”, na qual os participantes percorreram o Concelho, em direção aos presépios de cada freguesia, culminando o seu percurso no Presépio Municipal.
- Apoio à realização de uma Masterclass de Zumba Solidária, promovida pela ACREDEF e cujos fundos angariados reverteram Associação Cantinho dos Animais dos Açores.
- Apoio à realização no Concelho do Fórum “O Desporto como Veículo Promotor de Competências nos Jovens”, do projeto “Equipa-te”, em parceria com o Clube Escolar de Vila Franca do Campo, que teve como oradores convidados os ex-atletas Paulo Clemente e Nuno Carvalho e, ainda, Paulo Henrique, atleta da equipa de futebol sénior do C.D. Santa Clara.
- Protocolou-se um apoio de € 1.200,00 com a Associação Desportiva de Vila Franca do Campo (ADV), com o objetivo de apoiar os custos inerentes à execução dos Projetos intitulados: “Educação Sustentável” (com o embelezamento de espaços exteriores), “Varandas da Vila 2021, 2.ª Edição – Natal” e ainda “Arte em Casa 2021 – 2.ª Edição”.
- Protocolou-se com o objetivo apoiar as respetivas atividades desportivas na época de 2021/2022, com o Clube Futebol Vasco da Gama, um apoio no valor de € 10.000,00; com o Grupo Desportivo Bota Fogo no valor de €4.000,00 e com o Clube Desportivo de Vila Franca, também no €4.000,00.
- Protocolou-se com o Clube Cultural e Desportivo da Natureza e do Ambiente da Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo, um apoio no valor de € 20.000,00 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento das respetivas atividades.
- Protocolou-se com o Grupo Desportivo Bota Fogo um apoio no valor de 7.560,00€, com o objetivo de apoiar os encargos com a aquisição de uma viatura de 9 lugares para o desenvolvimento da respetiva atividade.

[Handwritten signatures and initials]



34



Igualdade e Cidadania

No âmbito das temáticas relacionadas com a Igualdade e a Cidadania, foi aprovado o Plano Municipal para a Igualdade e Não-Discriminação e a Autarquia associou-se à campanha #EUSOBREVIVI – Violência doméstica é crime.

Assinalou-se o Dia Mundial da Luta contra o Cancro, com entrega de laços e sensibilização para a importância de se realizar exames de rotina e rastreios para lutar de forma mais eficaz contra a doença e assinalou-se o Dia da Mulher com a iniciativa “Conversa entre Mulheres” visando refletir sobre o progresso dos direitos humanos, e das mulheres em particular, bem como honrar a coragem das mulheres pioneiras na luta pela igualdade de género.

A Autarquia associou-se à iniciativa Abril – Mês da Prevenção dos Maus-tratos na Infância, em parceria com a CPCJ de VFC, sob o mote “Olha, acolhe e ama” e com ação de sensibilização dedicada ao tema dos desafios do associativismo juvenil.

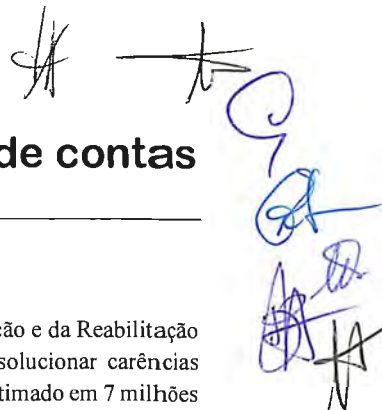
O Município voltou a associar-se às atividades do "Outubro Rosa - Mês Internacional de Prevenção do Cancro da Mama", com a colocação de um foco de luz rosa na fachada do edifício municipal, ao longo daquele mês, com vista a promover a consciencialização sobre aquela doença.

Vila Franca do Campo aderiu à Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, que se traduz num espaço para as Políticas de Juventude de Base Local.

Foi exibida a exposição "Pelos Direitos Humanos da Pessoas Idosa" e realizada uma palestra sobre "Estratégias para a Promoção de um Envelhecimento Ativo".

A “Volta a Portugal a correr pelos Direitos das Crianças – Açores”, dinamizada a nível nacional pelo atleta João Paulo Félix, teve passagem por Vila Franca do Campo.





Habitação

No setor da Habitação, o Município assinou um acordo de colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que visa, através do 1º Direito (programa de apoio ao acesso à habitação) solucionar carências habitacionais do Concelho e envolve um investimento necessário ao cumprimento dos objetivos estimado em 7 milhões e 133 mil euros.

A 30 de abril de 2021, o Município aprovou e, posteriormente, remeteu ao IHRU a sua Estratégia Local de Habitação, na qual estão sinalizadas as situações de carência habitacional existentes no seu território e definidas as soluções habitacionais nas quais se devem enquadrar todos os pedidos de apoio ao abrigo do 1º Direito.

O acordo de colaboração define a programação estratégica das soluções habitacionais para apoiar (ao abrigo do programa 1º Direito), um total de 79 agregados familiares, correspondentes a 276 pessoas que vivem em condições habitacionais indignas no Município.

Do valor indicado, o IHRU prevê disponibilizar um financiamento que se estima no valor de 5,341 milhões de euros, sendo 2,682 milhões concedidos sob a forma de participações financeiras não reembolsáveis e 2,659 milhões a título de empréstimo bonificado.

Porém, com a aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o montante de 7,133 milhões de euros, pode ser participado a 100 por cento, dentro dos requisitos previstos no regulamento do PRR, para a área da Habitação.

O acordo de colaboração prevê a recuperação de habitação social, num investimento que, em 2021, se prevê de 392 mil euros e também a aquisição e recuperação de habitação social num investimento de 358 mil euros. Em 2022, prevê a construção de novas habitações e também a aquisição de habitações, no montante de mais de 3 milhões de euros.

Em 2023, prevê a construção de habitação e também a aquisição e reabilitação, envolvendo um valor de 896 mil euros. Mais informou que a Estratégia envolve um montante global de 7 milhões, 133 mil euros a executar ao longo de 3 anos (2021 a 2023).

Para além disso, através do Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Degradada, foram atribuídos quase 100 mil euros em apoios que beneficiaram um total de 34 agregados familiares.

Requalificação Urbana e Obras

No âmbito das obras, requalificação urbana e melhoria das condições de circulação de trânsito, foram desenvolvidos os seguintes empreendimentos:

- Colocação de semáforos no cruzamento da Rua Teófilo Braga, com a Rua Dr. Urbano Mendonça Dias e a Rua Eng.º Artur Canto Resendes, de modo a melhorar a circulação de trânsito naquela zona.

- Inauguradas as obras de requalificação do Centro Histórico de Água d'Alto, uma intervenção que correspondeu a um investimento de 202 mil euros da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e visou melhorar e dignificar o centro histórico da freguesia de Água d'Alto, na sua capacidade de acolher as festividades, religiosas e populares, da comunidade.

A obra consistiu na criação de estacionamento para 22 viaturas, com lugar para deficiente motor, com piso executado em asfalto, bem como um espaço de convívio e a promoção de acessibilidades e remoção de dissonâncias materiais no adro norte da Igreja de São Lázaro, nomeadamente com a repavimentação do piso e a construção de acessibilidades a pessoas com mobilidade condicionada.

As intervenções de paisagismo ficaram a cargo da Edilidade, com o pessoal já encarregue da conservação e manutenção dos espaços verdes e foi, também, instalado um ATM na zona.



37

- Decorreu e foi concluída a empreitada de Recuperação e Valorização do Antigo Mercado do Peixe de Vila Franca do Campo.
- Foi aprovado o projeto vencedor para a intervenção no Mercado Municipal de Vila Franca do Campo.
- Exposição dos trabalhos apresentados ao Concurso para elaboração do projeto de intervenção no Mercado Municipal, resultado de uma parceria entre o Município e a Secção Regional dos Açores da Ordem dos Arquitetos, com o objetivo selecionar uma proposta para a intervenção no Mercado Municipal, sendo composta pelas 22 propostas apresentadas a concurso e tendo o júri do procedimento, procedido à sua avaliação e ordenação com base em critérios de qualidade e considerado a dimensão inovadora da intervenção, a capacidade de integração e a adequabilidade da solução construtiva.
- Aberto o concurso público para a Empreitada de Construção do Parque Empresarial de Vila Franca do Campo – Fase 1, posteriormente adjudicada a obra à Marques SA pelo valor de quase 2 milhões e 700 mil euros, com prazo de execução de 8 meses.



- Foi decidida a aquisição de um terreno, com um custo de 35 mil euros, na Ribeira Seca, para construção de um parque de estacionamento na Rua Nova.

- Protocolou-se, com a Fábrica da Igreja Paroquial Bom Jesus Menino, da Ribeira das Tainhas, um apoio de 18 mil euros, para colaboração no encargo de parte dos custos das obras levadas a efeito para conservação da Igreja.

Empregabilidade

Na procura de garantir condições de vida dignas aos cidadãos e também com vista à garantia de efetividade nos serviços e valências do Município, foram integrados 4 novos funcionários após procedimentos concursais, que visaram o preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente técnico para o Balcão Único de Atendimento de Ponta Garça, um posto de trabalho na categoria de assistente operacional – fiel de armazém e dois postos de trabalho na categoria de assistente operacional – nas funções de condutores de máquinas e veículos pesados e similares.

Para além disso, a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo admitiu 20 novos ocupados, através do programa PROSA, tendo estes assinado contratos válidos pelo período de um ano, com possibilidade de renovação por mais 6 meses. Estes acordos ocupacionais vão no sentido de proporcionar uma ocupação e um salário correspondente, sendo que a Autarquia também beneficia com a prestação dos serviços dos novos ocupados, no cumprimento das funções a que ficam destinados.

[Handwritten signatures]

Inovação & Serviços

Com vista à inovação tecnológica e melhoria geral dos serviços prestados aos cidadãos, a Câmara Municipal lançou a aplicação “Explore Vila Franca”, disponível para smartphones e tablets, para melhor divulgar e fazer chegar aos seus cidadãos e visitantes as informações mais importantes e pertinentes sobre as características e o quotidiano do Concelho.

Em “Explore Vila Franca” os utilizadores têm acesso a informação diversificada, que vai desde sugestões de: “o que fazer”, “onde comer” e “onde ficar” no Concelho, com indicação e respetivas localizações no mapa, do património cultural; lagoas; praças e jardins; trilhos; miradouros e zonas de lazer; atividades náuticas; rotas turísticas e zonas balneares (referindo, ainda, que haverá informação atualizada sobre a cor da bandeira, a lotação da praia e a eventual presença de águas-vivas), para além dos estabelecimentos de restauração e alojamentos existentes.

Os utilizadores têm também acesso aos serviços online do Município, a avisos, notícias, eventos, editais e contactos úteis e podem participar ativamente na melhoria das condições de vida e bem-estar no Concelho, enviando sugestões e registando ocorrências.

O Gabinete de Ação Social do Município passou a disponibilizar atendimento presencial no Balcão Único de Ponta Garça.

